O Destino Necessário

Belo Horizonte

A Arena levantou-se, como é de seu feitio e natureza, contra a idéia de convocar-se uma Assembléia Nacional Constituinte. Cabe-lhe (ou, melhor, cabe a seus dirigentes) fazê-lo. Afinal de contas para isso foi criado o partido. Mas não se iludam os defensores da situação: a idéia de que à Nação inteira incumbe a responsabilidade de decidir sobre suas instituições e seu destino não é privilégio dos convencionais do MDB. No fundo de sua consciência, os próprios arenistas, em sua maioria, sabem que outro caminho não há.

A força de uma nação repousa em sua Constituição, isto é, no conjunto de regras e leis, escritas ou não escritas, que, promovendo o equilíbrio entre a liberdade de seus cidadãos e a ordem necessária à sobrevivência da sociedade, garantem o pacto entre o Estado e as gentes. Pode-se argumentar, como de fato têm argumentado dirigentes arenistas, com a existência de uma Constituição em vigor. Deixando-se de lado as circunstâncias em que ela foi outorgada, é bom lembrar que um de seus artigos, acolhendo legislação excepcional, retira-lhe a força. Na declaração de direitos do homem e do cidadão, promulgada pela Assembléia Nacional Constituinte francesa, em 25 de agosto de 1789, há a conclusão de que sem o respeito a tais direitos não há Constituição. Ora, vozes das mais responsáveis, no Governo, reconhecem a relatividade democrática sob a qual vivemos e pregam a necessidade de uma "lenta e gradual" distensão rumo à plenitude democrática que é o nosso destino necessário.

Um dos argumentos mais fortes dos que se opõem à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte é o de que o momento se mostra inoportuno. A realidade demonstra a sua fraqueza. O momento parece oportuno. O País se encontra em paz, graças a incansáveis esforços do Governo e graças à paciência conciliadora dos homens mais responsáveis da Oposição. As contestações desvairadas perderam-se em sua própria inutilidade. Se há embates, são os sadios embates cívicos. A Oposição, partidária e extrapartidária, vem lutando com suas idéias, sua crítica, seus avisos. A paz, sabemos todos, não é o silêncio. Quando há silêncio, não há paz; há medo. Somente uma Assembléia Nacional Constituinte, escolhida livremente pelo povo brasileiro, poderá avaliar, sem paixão, os serviços prestados ao País pela Revolução e, da mesma forma, corrigir os erros trazidos pelas circunstâncias especiais dos últimos treze anos. Nada há que impeça o Estado de Direito. Os próprios êxitos do Governo revolucionário conduziram-nos a esta situação favorável a uma nova Constituição, serena e equilibrada.

Argumentam os líderes arenistas que o povo está satisfeito com a Revolução, e isso ficou demonstrado nas últimas eleições. Se assim é, por que não convocar-se a Constituinte? O povo, estando satisfeito com o Governo, votará nos candidatos da Arena, e a Arena terá a maioria na Assembléia para, confirmando o mandato da Nação, votar uma Carta Magna dentro de suas idéias e princípios.

M. S.